



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

## RELATÓRIO

# SEMINÁRIO 10 ANOS DA CIEA: CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA



05 de agosto de 2014



## **INTRODUÇÃO**

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia - CIEA, criada em 28 de abril de 2004 pelo Decreto nº 9.083/2004, perfazendo neste ano 10 anos de existência. A CIEA é um espaço público de participação social, composta pelo poder público estadual, poder econômico e sociedade civil, com o objetivo de propor diretrizes para a Política Estadual de Educação Ambiental, regida pela Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011 e para o Programa Estadual de Educação Ambiental.

A comemoração teve como objetivo fazer uma avaliação das ações da CIEA ao longo da década. Olhando para seus principais produtos, buscando dar uma maior visibilidade do colegiado, e, conseqüentemente, articular o enraizamento da EA no estado da Bahia.

A comissão vem desenvolvendo as atividades com foco na construção de orientações e/ou normativa para gerir a educação ambiental do âmbito formal, não-formal e na gestão das políticas públicas. Essas iniciativas, capitaneadas pela CIEA, possibilitam criar marcos regulatórios fundamentais para que o Estado aprimore sua capacidade de desenvolver a política pública de Educação Ambiental.

O evento iniciou com a Mesa Institucional. Estavam presentes o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Eugênio Spengler. O chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Educação, Professor Paulo Pontes neste ato representando o Secretário Osvaldo Barreto. Lucimeire de Jesus Passos representante da sociedade civil na CIEA. Amélia Maroux, Superintendente de Desenvolvimento na Educação Básica.

Lucimeire de Jesus Passos falou sobre a importância deste evento para a educação ambiental no Estado da Bahia. Foram 10 anos de trabalhos voltados para fortalecer, difundir, ampliar os espaços de educação ambiental na Bahia. A CIEA, prima pelo seu caráter participativo e de representação da sociedade baiana. O segmento da sociedade civil representada na comissão foi fundamental para o debate da minuta de lei, orientado pela política nacional de educação ambiental e também participou de forma decisiva nas consultas públicas realizadas nos 23 (vinte e três) territórios de identidade no ano de 2009, e, este documento serviu como orientador para a elaboração da Política Estadual e da criação do Programa de Educação Ambiental para o Estado da Bahia. Em todos esses processos a sociedade civil esteve lá cumprindo seu papel, definindo regras, diretrizes, esteve presente, dizendo como queria as coisas dentro da educação ambiental para o Estado da Bahia. De acordo com Lucimeire, a CIEA é um caldeirão de pluralismo de ideias, com olhares diversos, sentimentos e emoções diversas, cores diversificadas que contribuem para fazer da CIEA um espaço de diálogo que incentiva o desenvolvimento da participação comunitária em prol da



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, e busca a sustentabilidade ambiental com fortalecimento da rede de educação ambiental. Buscamos também a pesquisa e a produção de materiais didáticos que representem a diversidade cultural desse estado. Reforçou a necessidade de se ter uma CIEA deliberativa. Lucimeire de Jesus, finalizou sua fala agradecendo a todos por ter vindo participar deste evento.

A professora Amélia Maroux, Superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica falou da importância de fortalecer o processo da educação ambiental a partir de uma conscientização e da formação cidadã dos nossos estudantes da rede estadual de educação. Chamou atenção sobre as várias participações de professores e professoras, diretores, coordenadores das diretorias regionais. Falou sobre o trabalho da Coordenação de Educação Ambiental coordenado pelo Professor Fabio Barbosa - membro da CIEA - representante da Secretaria Estadual de Educação. Em sua fala, a Professora Amélia Maroux, citou que a educação ambiental não se dá apenas pelos agentes educadores da educação formal, mas fundamentalmente pela articulação da sociedade, através de educadores e educadoras, das universidades e do Conselho Estadual de Educação - que nesse momento representado pelo Professor Avelar. Finalizou a sua fala saudando a todos os componentes do CIEA.

O Professor Paulo Pontes, Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação do Estado da Bahia que nesta oportunidade representa o secretário Osvaldo Barreto. Relatou que a questão ambiental é uma preocupação da sociedade brasileira baiana já de algum de tempo. Finalizou sua fala pontuando que falta muito caminho a ser percorrido, mas evidentemente, já foi possível nessa comemoração dos 10 anos da Comissão, tanto no âmbito da Secretaria da Educação e da Secretaria do Meio Ambiente, quanto no âmbito da sociedade civil, bem como a participação cada vez maior dos estudantes, dos professores na integração da questão ambiental nas discussões, nos ensinamentos, nos aprendizados.

O Secretário Estadual do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, saudou a todos e agradeceu a disponibilidade de cada um e de cada uma de estarem nesse momento de reflexão, comemoração e de lançamentos de desafios para o futuro, no sentido de proporcionar que os espaços de participação social, os colegiados, se tornem de fato e permanentemente representantes do desejo da sociedade. O Secretário cumprimentou o professor Paulo Pontes, representando o Secretário de Educação, a Professora Amélia Maroux - Superintendente de Educação Básica e Lucimeire Passos de Jesus representante da sociedade civil na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA. Saudou a presença do Edison Ribeiro, Superintendente de Políticas Ambientais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Superintendência que abriga a Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade - DIEAS. A Diretora de



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

Educação Ambiental a Zanna Matos, Kitty Tavares e o Professor Marcos Sorrentino, considerado o grande responsável pelas CIEAS hoje pelo Brasil todo, no período em que ele foi Diretor de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente - MMA, no período de 2003 a 2007. Cumprimentou os representantes de prefeituras municipais, os representantes dos conselhos territoriais, das Universidades, Institutos de Pesquisa, tanto as federais quanto estaduais, os representantes de colegiados estaduais, de movimentos sociais com destaque as ONGs Ambientalistas e socioambientalistas, e todos os outros segmentos de trabalhadores rurais, urbanos, movimentos urbanos, enfim, todos os setores que representam aqui a sociedade civil organizada, estudantes, os representantes dos Conselhos de Educação, de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e todos os outros colegiados que integram esse sistema e essa rede importante de colegiados que não são ambientais mas em todas as áreas que têm interfaces importantes com a questão ambiental e com a política que se quer de desenvolvimento sustentável.

O Secretário falou sobre o Decreto de Regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental - que se encontra na Procuradoria do Geral do Estado - PGE. Citou sobre a Carta Aberta da CIEA tocando, principalmente no ponto do caráter deliberativo da CIEA. "[...] a questão do caráter deliberativo, seja no âmbito das competências da CIEA, e, isso tem que ficar claro porque o órgão superior do sistema estadual de Meio Ambiente é o CEPRAM, e é importante esse caráter de órgão superior assim como o órgão superior da educação é o Conselho Estadual de Educação que tem as suas atribuições e é importante que esses papéis sejam preservados, isso não quer dizer que esses órgãos superiores não devam e não tenham a obrigação de considerar o que vem dos outros conselhos e/ou comissões, mas é importante que estas instituições mantenham seu caráter de atribuições para fortalecimento institucional."

O Secretário citou a minuta de resolução, que está sendo elaborada no âmbito da Câmara Técnica de Regulação e Licenciamento da CIEA, para posterior ser encaminhada ao CEPRAM sobre a questão da educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. Como sugestão para a Carta Aberta, o Secretário que além da educação ambiental no licenciamento ambiental, a Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos possuem outros instrumentos de gestão, como por exemplo, a CIEA precisa pensar numa estratégia de educação ambiental para a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, nos planos de bacias, planos de manejo, para as espécies ameaçadas de extinção, para o mapeamento de cobertura vegetal, o inventário de cobertura vegetal, todas as políticas de educação básica, as políticas no âmbito de educação superior, as políticas no âmbito da pesquisa



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

científica e do desenvolvimento do conhecimento. Segundo o Secretário, "[...] esse é o grande desafio de termos a capacidade importante de entendermos que a educação ambiental tem que dialogar com todos os instrumentos da política nacional, estadual e municipal de meio ambiente, de recursos hídricos e de educação. Então, só mesmo como sugestão a carta aberta é que nós ampliamos o leque de discutirmos apenas uma resolução, de intervenção da educação ambiental no licenciamento para todos os instrumentos da política nacional do meio ambiente e de recursos hídricos e também da política de educação que é fundamental." Além de ampliar, para a área de saúde, desenvolvimento social, política de promoção da igualdade racial, sistema de gerenciamento de unidades de conservação, aplicação de recursos da compensação ambiental, compensação da reserva legal, descentralização da gestão pública ambiental. A educação ambiental é transversal e faz parte do nosso cotidiano.

A CIEA é um colegiado extremamente democrático no âmbito da representação do Estado, assim como eu acho que a gente avançou em relação ao CEPRAM garantindo representação, quando é possível, de biomas das várias regiões do Estado da Bahia. "[...] e mais, um desafio importante para todos nós, como é que nós incluímos aqueles setores e aqueles movimentos que são extremamente pequenos, que às vezes não tem CNPJ, que não tem lá um processo institucionalizado, do ponto de vista de documento legal, mas que faz um trabalho extremamente importante no âmbito do município, do distrito, da região." O Secretário criticou o modelo vigente da SEMA que é o cadastro de entidades ambientalistas para compor os colegiados, e isso dificulta o exercício da participação social, o exercício do controle social que é o exercício da universalização e da capacidade de incluir aqueles setores que tradicionalmente não conseguem participar porque se criam uma série de regras que são excludentes.

O Secretário finalizou a sua fala dando parabéns a todas e todos que fazem e que fez parte da CIEA ao longo desses 10 anos. De forma simbólica, o Secretário Eugênio Spengler entregou à senhora Lucimeire de Jesus Passos, representante da sociedade civil, o termo de posse como membro na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, representando todos os demais membros.

A mesa institucional foi desfeita, dando lugar a primeira roda de diálogos com enfoque nós 10 anos de construção da educação ambiental estado da Bahia. Participou dessa roda, a Professora Solange Rocha, que foi coordenadora da educação ambiental da SEC; Maria Cristina Vieira "Tita" - da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; Bernadete Rocha, representante da sociedade civil na CIEA; representando Carol Azevedo, que foi Diretora de Educação Ambiental da SEMA, Roseane Palarozini e Lilite Cintra que foi também, durante muito tempo, representante da sociedade civil na CIEA, na coordenação.



## **Roda de Diálogos I**

### **CIEA-BA: 10 anos de construção da Educação Ambiental**

Esta roda de diálogo foi mediada pela senhora Maria Alice Cintra (Lilite) - Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA). Lilite, iniciou sua fala fazendo um recorte histórico da Educação Ambiental desde a criação da Lei Nacional nº 9.795/99 até o processo de criação das CIEAs no Brasil. Falou da minuta do decreto de criação da CIEA e que foi publicado só em abril de 2004. Lembrou que "Tita" foi uma das grandes incentivadoras da participação da sociedade civil para construir este decreto. Mostrou a evolução da criação da composição da comissão. " O poder público tinha representações federal, estadual, municipal, tinha Assembleia Legislativa e o Ministério Público. Instituição de ensino, as universidades, ensino básico e ensino profissionalizante. E a sociedade civil, empresários, trabalhadores, ONGs e movimentos sociais, comunidades tradicionais, redes, RPPN e coordenação de territórios. Isso é o universo de setores e segmentos que a gente delineou." Nas gestões seguintes, entraram as redes de meio ambiente (REABA, REBAL, REJUMA). Citou como a CIEA ao longo desses 10 anos teve avanços e o quanto ainda precisa avançar. Lamentou o fato das descontinuidades de processos gerados dentro da CIEA, mudanças de procedimentos a cada mudança de gestão, e o quanto isso é doloroso para a sociedade civil. Segundo Lilite, "[...] é importante também lembrar que toda a história a gente não constrói sem tropeços e a gente teve ao longo desses anos, para mim que acompanhei todas as gestões. Dói você ver a descontinuidade de algumas coisas, dói muito. A gente teve avanços? Teve, mas a gente não pode fechar o olho e deixar de avaliar."

Logo após, Lilite passou a palavra para Roseane Palavizini, que na ocasião representava Carol Azevedo, que foi a primeira coordenadora da CIEA. Roseane, agradeceu pela oportunidade de estar representado Carol Azevedo e saudou a todos, passando para a leitura da carta, feita por Carol Azevedo, direcionada aos presentes e aos membros da CIEA, que dizia:

"Quero cumprimentar calorosamente a todos aqui presentes, e também aqueles que gostariam de estar aqui, como eu, por sentirem-se parte dessa história. Fiquei muito feliz ao receber o convite para este evento e perceber que ao comemorar 10 anos, comprova-se que a educação ambiental tem uma força própria que a impulsiona a seguir e perseguir seus objetivos perpassando por diferentes



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

roupagens, por diferentes territórios, operadores e instituições. Aí reside não apenas sua essencialidade, mas sua magia e encantamento. No mesmo flash de alegria diante do honroso convite, veio o lamento por não poder estar aqui por um compromisso previamente agendado na organização Odebrecht, onde hoje exerço um papel estratégico, tentando assegurar continuamente que esta essencialidade da educação ambiental que cultivamos, esteja presente nas nossas políticas de sustentabilidade, nos nossos programas socioambientais e sistemas de governança, servindo como referência para que outras empresas do grupo e do setor produtivo em geral.

Dessa maneira, costumo brincar, que além de profissionais, precisamos mergulhar nos mais diversos temas e contextos sociais, se atualizando continuamente. Somos também militantes disfarçados, ou não, em qualquer contexto que estejamos. Especialmente neste, que hoje me encontro, os caminhos são cheios de meandros, e, a cada passo tem que ser bem planejado para que seja inicialmente aceito como estratégia empresarial do negócio até que se emergem os resultados mais concretamente percebidos.

Esses resultados são traduzidos nas modificações do contexto social e político, dentro e fora dos empreendimentos, nos avanços de uma relação dialógica e interativa com as comunidades no enfrentamento dos impactos negativos e no compartilhamento das decisões para sua mitigação. Na postura e comportamento de cada indivíduo, sua conexão com o território e seu imenso potencial, antes não percebido, como agente transformador de uma realidade. Portanto, meus queridos amigos, parceiros e colegas, quero registrar aqui meu mais sincero sentimento de orgulho por fazer parte dessa linda história de construção coletiva, que tem um importante marco aqui na Bahia com o nascimento da CIEA, que se desafiou a dar corpo àquela alma vibrante, já existente por meio da sua sistematização em forma de lei, assegurando com isso sua existência, alcance e o merecido respeito.

Vida longa à CIEA, vida longa à educação ambiental em todas as suas expressões. Não esqueçam, estamos inexoravelmente conectados e sem fronteiras, caloroso abraço a todos". Caroline Azevedo.

Lilite passou a fala para Tita, que fez parte da coordenação representando a SEMA, na ocasião na Diretoria de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, no entre 2007 a 2008.



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

Tita iniciou sua fala agradecendo pelo momento. Destacou que este é um momento histórico, de avanços, de reflexões e de comemoração pelo processo de políticas públicas do Estado da Bahia.

Tita elencou as pessoas que fizeram parte desse processo de criação da CIEA no Estado da Bahia, são eles: Marcos Sorrentino - representando o Ministério do Meio Ambiente, da Diretoria de Educação do MMA, o Deputado Zilton Rocha - da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Carol Azevedo da SEMA, Teresa Murici do antigo IMA, Irineu Tamaio do MMA, Viviane Amaral, Lilite Cintra, Dalvaci Santiago (Dadau), o Professor Avelar Mutim, Maria do Rosário Serra (*in memoriam*).

Em 29 de março de 2007, foi a primeira reunião da comissão. De 18 a 22 em junho de 2007 a CIEA passou por uma formação com a professora da Universidade Federal do Mato Grosso, Michele Sato. Foi um momento de ampliação da CIEA. Foram chamadas pessoas que militavam no campo da educação ambiental no estado, nos territórios, nas cidades. Em julho de 2007, ocorreu o Encontro Nacional de Gestores em Educação Ambiental. Ainda em 2007, foi criado, através da portaria nº91/2007, o Grupo de Trabalho em Educação Ambiental - GTEA. Este foi o primeiro instrumento legal de conversa e diálogo com as partes do Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA. No início, a grande finalidade da CIEA, com orientação do MMA, era participar dos editais públicos que vinham, acompanhar o processo da construção dos editais, dos coletivos educadores, das salas verdes, sendo que a grande finalidade era elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental, que na ocasião, o estado e a sociedade não tinham. Em agosto de 2007 ocorreu o processo eleitoral da CIEA, orientado por Lilite Cintra e Maria do Rosário Serra - "[...] nossa querida amiga e companheira que já não está mais entre nós [...]". Em dezembro de 2007 foi o encontro para construção do Plano Estratégico de Comunicação em Educação Ambiental, junto com as Unidades de Conservação do Estado. No final desse período, já estava previsto no Plano Pluri-Anual (PPA) as consultas públicas nos territórios de identidade para a construção da minuta da Lei Estadual de Educação Ambiental. Atualmente, Tita está assumindo a gestão da Lagoa Encantada, na região de Ilhéus e montando o mosaico da gestão integrada das Unidades de Conservação no Território Baixo Sul. Tita encerrou sua fala citando a seguinte frase: "Tudo é loucura ou sonho no começo, nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira, mas já tantos sonhos se realizaram que não temos direito de duvidar".

Em seguida, Litite agradeceu pelas lembranças trazidas por Tita, passando a palavra para Bernadeth Rocha, representante da Coordenação Estadual de Territórios, do Território Piemonte Norte de Itapicuru.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

Bernadeth Rocha, contou a todos que conheceu a CIEA Bahia em um congresso em Goiânia. Na sua fala ela disse: "Mariana Mascarenhas, que na época trabalhava no Ministério do Meio Ambiente, me chamou e disse: "Você não sabe da CIEA?", e me apresentou a CIEA." Em 2008, ocorreu as mobilizações nas sedes dos territórios. Em fevereiro de 2009, aconteceu o seminário das consultas públicas de elaboração da minuta da Lei Estadual de EA. Estas consultas contou com a participação de mais de 5 mil pessoas. Em 2011, foi publicada a Lei nº 12.056/2011 que institui a Lei Estadual de EA.

Lilite Cintra, agradeceu as colocações de Bernadeth Rocha em nome das antigas coordenadoras que não estavam presentes, foram elas: Valdirene da SEC, Dalvaci Santiago, que na ocasião fora da SEC e Maria que foi representante da sociedade civil. Passou a palavra para Solange Rocha.

Solange Rocha, coordenadora da CIEA no período 2007-2008 representando a SEC, iniciou sua fala lembrando da primeira pessoa que deu o pontapé nesta questão da educação ambiental institucionalizada, que foi Paolo Valente. Primeiro Coordenador de Educação Ambiental da SEC, logo após veio Dadau. Trouxe algumas imagens para mostrar que a CIEA é cotidiano, pessoas e história. Agradeceu pela oportunidade de fazer parte desse processo. Pela parceria com a SEMA na pessoa do Professor Ângelo.

Lilite Cintra, abriu a roda de diálogos para as perguntas e comentários. Almir Requião - presidente da ONG Manguezal Meu Quintal, município de Vera Cruz na Ilha de Itaparica, região metropolitana de Salvador. Parabenizou todos os componentes da CIEA. Fez um desabafo com relação a falta de efetivação das leis. Falou sobre a dificuldade de proteger o manguezal. Solicitou que a polícias ambiental e os técnicos do INEMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos possam inibir a invasão nos mangues do estado da Bahia. Solicitou mais distribuições de materiais pedagógicos para trabalhar a educação ambiental nos espaços educacionais. Encerrou sua fala fazendo um desabafo com relação as ONG pequenas, das dificuldades que elas têm para se inserir nesses processos de participação social.

Roseane Palarozini, representante de Carol Azevedo, trabalha com educação ambiental no processo de participação social em políticas públicas, trouxe para o evento a mensagem do movimento educação pela paz. Tem na educação ambiental uma oportunidade para formar o processo de governança da participação social em todas as nossa políticas.

Fernanda Aguiar, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Economia Solidária de Luís Eduardo Magalhães no Oeste da Bahia e representante da ANAMMA, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente. Comentou da dificuldade que os



municípios tem em compreender a gestão ambiental, bem como transversalizar a educação ambiental em suas estruturas. Os gestores municipais estão muito focados no licenciamento ambiental, precisa mudar esta realidade, daí ela sugeriu que constasse na Carta Aberta da CIEA propostas de educação ambiental voltadas para os municípios. Lilite Cintra, lembrou que alguns artigos na lei e no programa de educação ambiental focam na gestão municipal, e que a educação ambiental, ela sai da escola, ela nasce fora da escola e agora também foca na gestão. A CIEA junto com a Câmara Técnica de Territórios, Agenda 21 e Municípios, está elaborando um documento que orienta os municípios e territórios a criarem núcleos de educação ambiental

Cláudio Colares, Biólogo, faz parte do Coletivo Esverdear que presta trabalho em uma creche municipal aqui em Salvador, com trabalhos de compostagem, agricultura urbana e educação ambiental. Questiona as dificuldades de acessar editais públicos para continuar com os trabalhos de educação ambiental nesses espaços educadores.

Áurea Chateaubriand da Universidade Estadual de Feira de Santana e membro da Comissão interinstitucional por 5 ou 6 anos aproximadamente. Lembrou da trajetória de Maria do Rosário (*in memoriam*). Em suas palavras ela disse: "Muita luta, muito suor, muito desentendimento, muito conflito, faz parte, é assim que o homem cresce e muita sabedoria, porque tem que saber equilibrar. Agradecer esse evento especial para todos nós, merecemos todos nós."

Lilite Cintra fechou a roda de diálogo com as seguintes palavras: "Eu quero agradecer a todo mundo, e quero dizer que para mim realmente esse momento é muito especial porque eu estou procurando alguém para passar o bastão, porque a gente tem que renovar, tem que fazer outras coisas, tem que diversificar as atividades na vida, então para mim esse momento é um momento de finalização de um ciclo, até da minha vida, mas não vou deixar de acompanhar os trabalhos da CIEA, mas já de outra forma." Finalizou lendo a estrofe do Hino ao Dois de Julho: "*Nunca mais o despotismo regerá nossos ações; Com tiranos não combinam; Brasileiros, Brasileiras e muitos corações*". Atualmente, a Coordenação Geral da CIEA está representada por Zanna Matos - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Fabio Barbosa - Secretaria Estadual da Educação e Lucimeire Passos - Representante da Sociedade Civil.

## **Roda de Diálogos II**

### **CIEA-BA: 10 anos e agora?**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

No período da tarde, Zanna Matos - Diretora de Educação Ambiental para a Sustentabilidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - DIEAS/SEMA, mediu a Roda de Diálogo com a presença de Áurea Garcia e o Professor Marcos Sorrentino.

Áurea Garcia, representante da sociedade civil, pela MUPAN - Mulheres em ação no Pantanal, trouxe o seu relato da experiência da CIEA do Mato Grosso do Sul. Áurea participou da CIEA entre os anos de 2007 a 2011. A CIEA do Mato Grosso do Sul foi criada em 2000 com o objetivo de promover a discussão, o acompanhamento e a avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental. A comissão está vinculada ao órgão executor da Política de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL). Relatou sobre a composição da CIEA de Mato Grosso do Sul. Relatou sobre as dificuldades de executar os projetos de educação ambiental, devido aos poucos recursos disponíveis para essa área. Trouxe a informação que os Comitês de Bacias do Estado possuem Câmara Técnica de Educação Ambiental, no entanto o Conselho de Recursos Hídricos e no Conselho Estadual de Controle Ambiental não possui. Em 2013 foi aprovado dentro da CIEA a minuta que institui a Política Estadual de Educação Ambiental do Mato Grosso do Sul. A minuta já se encontra na Procuradoria Geral do Estado - PGE. Agora, a CIEA está aguardando os encaminhamentos, e, espera-se que, no final de 2014 a Política Estadual de Educação Ambiental seja aprovada.

Feito este relato, Zanna Matos agradeceu pela fala de Áurea Garcia, e logo após passou a palavra para o Professor Marcos Sorretino.

O Professor Marcos Sorretino agradeceu pela oportunidade e pela afetividade baiana. Iniciou sua fala trazendo as seguintes perguntas: como é que está hoje a CIEA, pra onde que a gente pode caminhar, quais são os grandes desafios? Valeu à pena criar espaços de prática democrática pra formulação e implantação de política pública? Em termos de pensar CIEA, quais foram os avanços para o processo de democratização do país, de construção e implantação de política pública? Quando se pensou em fortalecer as CIEAs, qual é a avaliação que se tem olhando pra elas hoje? Todo o investimento que foi feito em enraizadores de educação ambiental, que foram as 27 unidades federativas; dialogar com os atores do campo da educação ambiental sobre como fortalecer a formulação de política pública de educação ambiental, resultou em algo? Qual é esse algo? Qual é o balanço disso? O que ainda podemos e precisamos avançar para tornar-se, de fato, um espaço de exercício de democracia e construção de política pública? Algumas questões



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

mais específicas, como a questão da representatividade, da participação, do papel do Estado nisso?

Então essas questões, eu acredito que nos fazem pensar sobre como fazer gestão da coisa pública pra que o socioambiente que nos acolhe nesse planeta possa continuar a acolher a nós e aos nossos descendentes. Esse desafio que a todo dia pula da tela da televisão, pula das ruas nos agredindo, falando “não tem jeito”. O ser humano está numa situação difícil no planeta hoje, a hora que nós vemos os relatos dessa agressão entre Israel e os Palestinos. A hora que nós vemos os relatos, agressão pra ser leve. A hora que nós vemos tantas coisas que tão acontecendo. Lá no estado de São Paulo, a angústia que dá ver o despreparo da população em relação à falta de água, os lava-jatos, continuam lavando carro como se nada tivesse acontecendo, as pessoas continuam utilizando água como se nada tivesse acontecendo e nós já estamos consumindo uma água contaminada do fundo dos reservatórios que já não deveria estar sendo utilizada, e é a única que está restando. E a gente fala, mas não é só despreparo da população, é um conjunto de negligências das políticas públicas que levou à essa situação. As autoridades não podem deixar de ser responsabilizadas pela situação que nós estamos vivendo em termos de água, mas confunde-se tudo, aí os meios de comunicação procuram embaralhar mais ainda em função de período eleitoral e jogar nas costas dos outros, aquilo que deveria ser jogado nas costas de uns. Então essa mistura toda, essa bagunça toda, essa falta de análise crítica mais aprofundada de debates que permitam a todos e a cada um pensar com profundidade sobre “quem que eu sou?”, “por que eu estou aqui?”, “que que eu estou querendo fazer?”, “qual é o sentido dessa aventura aqui pelo planeta Terra?”, nos deixa muito angustiados, a gente visualiza entre aqueles que ainda têm olhos de ver, ouvidos de ouvir. Um sentimento que orbita entre a depressão e o pânico. É de uma imobilização completa o que a questão ambiental, quando nós nos debruçamos sobre ela com profundidade, quando a gente bebe na história do movimento ambientalista que já em meados do século passado, começava a questionar o modo de produção e consumo e a dizer “isso não nos leva longe”, esse modo de produção em consumo vai nos levar pro buraco, vai nos levar pro buraco porque ele substitui valores que animaram a vida dos humanos ao longo de milhares de anos, por valores absolutamente consumistas, materialistas, que nos distanciam de nós próprios, e isso não tem longo fôlego, não tem



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

capacidade de suporte, o planeta não suporta 7 bilhões, 8 bilhões, 12 bilhões de humanos consumistas.

O Ailton Krenak fala que se todo mundo tiver acesso ao “kit civilização”, geladeira, fogão, notebook, celular, carrão, o planeta afunda, não tem capacidade de suporte, mas todo mundo quer o “kit civilização”, todo mundo quer cada elemento do “kit civilização” no fundo de casa, não quero socialmente falando, eu quero pra mim. Então isso é insuportável. Como é que a gente pode falar e enfrentar tudo isso e buscar potência de agir, se o que é apresentado pra nós cotidianamente, nos aponta na direção contrária, na direção da impotência de ação? Mas nós temos que buscar forças, temos que buscar esperança, no sentido de continuarmos a continuar, a não devolver o bilhete.

O Marshall Berman, no livro “Tudo que é sólido, desmancha no ar”, ele começa o livro relatando a perda do filho dele, filho de dois de idade e quando a gente perde uma criança, o mundo cai sobre a gente. E o Berman fala exatamente essas palavras de buscar forças pra continuar a continuar, pra não devolver o bilhete de entrada nesse planeta, nessa vida. Então parece que, muitas vezes, o primeiro exercício que nós precisamos fazer pra pensarmos a nossa própria CIEA, o sentido desse encontro entre os atores do campo, educador, ambientalista, é o sentido de nos autofortalecer, é o sentido de darmos esperanças pra nós próprios, e o diálogo, o encontro de pessoas com a radicalidade da busca, da busca dialógica tem esse papel mágico de potencializar pra ação, a gente desenraiza preconceitos, nós criamos um desejo de agir, de transformar. Então que a CIEA seja, acima de tudo, essa oportunidade de encontro periódico entre atores do campo da educação ambiental de diversas áreas pra se reabastecerem, se reanimarem e continuarem nessa luta porque essa luta não está perdida. A lógica dela não é apenas a lógica de irmos somando quantas espécies estão extintas, irmos somando quantos rios e córregos estão poluídos ou perdidos. A lógica dessa luta, ela está umbilicalmente ligada ao aumento da consciência de nós sobre nós mesmos. À medida em que nós caminhamos pra encontrar esse ponto de virada onde as pessoas começam a se perguntar sobre quais estratégias e caminhos podem ser percorridos pra ampliarmos as possibilidades não só de sobrevivência dos humanos no planeta, mas, acima de tudo, de realização de cada ser humano em seu pleno potencial, como dizia o poeta “gente é pra brilhar”. Então cada um pode encontrar seu pleno brilho. Quanto mais a



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

gente consegue acumular forças nessa direção, mais próximo se torna o momento de virada onde todas as mazelas desse modo de desenvolvimento vão ser superadas, e é nessa esperança que a gente continua, é nessa esperança de que o 100º macaco não está longe de ser alcançado. Sabem a história do 100º macaco? Não? Nem todos sabem? Então eu vou contar rapidinho. - Tinha uma macaca com seus filhinhos em uma ilha que comiam os coquinhos que caíam do coqueiro, e, ela pegava os coquinhos, passava na água, eles comiam o coquinho com areia, caía e o coquinho era delicioso, mas o gosto de areia na garganta era muito ruim. Um dia ela tava à beira de uma lagoa com os seus filhotes e passou os coquinhos na água e comeu e viu que era delicioso comer o coquinho sem o gosto de areia e ensinou os filhos, e todos ali um foi ensinando pro outro. Quando o 100º macaco naquela ilha começou a lavar os coquinhos pra comer, nas outras ilhas que não tinham contato com aquela, os macacos também já estavam lavando seus coquinhos e comendo sem sentir o gosto ruim da areia.

Essa história é contada aí de formas distintas, mas ela sempre quer dizer que a mudança, as transformações não seguem em progressão linear, não é necessário que um conte pro outro até chegar em todos os 7 bilhões de humanos do planeta. Quando tiver massa crítica, quando tiver um acúmulo de conhecimentos entre muitos de nós, nós teremos possibilidade de fazer as transformações radicais e profundas que o planeta está a exigir. Então continuemos a buscar o 100º na esperança, na expectativa de que em outros locais, outros humanos estão fazendo coisas semelhantes. Isso é muito legal quando a gente tem oportunidade de viajar. Os congressos iberoamericanos de educação ambiental, agora vai ter um em Setembro, no Peru, vai ser o 7º Congresso, nós hospedamos o 5º aqui no Brasil, teve um na Argentina depois e em cada uma dessas ocasiões nós percebemos que o mesmo processo que a gente vivencia aqui, de formas distintas está sendo vivenciado em cada país da América Latina, em cada país do planeta. Então o computo geral, o balanço geral no planeta é de degradação, é de depressão. No entanto, tem macacos em todos os espaços desse planeta buscando chegar ao 100º aliado, ao 100º companheiro e companheira capaz de se unir nesse desafio de construir sustentabilidade socioambiental, de construir processos educadores.



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

E por que que eu estou desandando a falar de filosofia, se o papo aqui é CIEA? É Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado. Porque, no meu ponto de vista, essas organizações podem jogar um papel fundamental nesse sentido, a política pública no Brasil conquistou algumas coisas e uma delas foi essa determinação de em cada unidade federativa, nós promovermos os encontros daqueles macacos que estão buscando construir sustentabilidade socioambiental pra que eles dialoguem sobre estratégias pra fazer isso, pactuação pra fazer isso e nós temos hoje, das 27, 26 unidades federativas com CIEA formada, nenhuma é uma *Brastemp*, como se dizia na minha época, nenhuma é super boa. Todas elas têm inúmeras dificuldades, todas elas têm conflitos. Quando a *Áurea* relata CIEA de Mato Grosso do Sul e o papel subalterno dela colocado lá embaixo dentro do órgão de Meio Ambiente, sem a cogestão com sociedade e órgão de educação, eu falo “puxa vida, como tá ruim”, mas eu lembro que há 25 anos atrás, eu tive em Mato Grosso do Sul, pra colaborar com o pessoal que fazia a educação ambiental no Órgão Estadual de Meio Ambiente e pra minha surpresa, o que eu encontrei em termos de política estadual de educação ambiental do Mato Grosso do Sul era um grupo de servidores da Secretaria de Meio Ambiente levando crianças de escola pública pra fazer trilha de interpretação da natureza dentro do Parque central na cidade, e eu me perguntei, perguntei a eles “é papel de um governo de estado fazer trilha de interpretação da natureza com criança?”, me parece muito pouco. Você ter, no órgão máximo de educação ambiental do estado, um grupo que fica fazendo trilha de interpretação é menosprezar a responsabilidade, a incumbência de um governo central de promover a multiplicação de centenas de grupos fazendo trilhas de interpretação da natureza e aqueles técnicos não tinham preparo pra fazer isso, eles tinham (palavra ininteligível), a educação ambiental tava na moda. Os organismos internacionais pra dar dinheiro pro Pantanal exigiam que tivesse educação ambiental, o Governo do Estado fazia aquilo que era possível, contratava meia dúzia de jovens porque o salário era muito baixo, e punha os jovens pra ficar levando criança pra passear no meio do mato. E em termo de política pública, nada, nada. Então 25 anos depois, nós temos dentro do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo menos, pessoas que se colocam essa temática, que se colocam a temática de criar um fundo municipal de meio ambiente, de criar uma política estadual de educação ambiental, etc., etc.



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

Então há um acúmulo, há um avanço, agora ele é muito pequeno, ele precisa ser incrementado, ele precisa ser, e muito, ampliado. E daí eu vou colocar pra vocês três questões pra pensarmos o que, qual é o estado da arte da educação ambiental e das CIEAs hoje no país e, em especial, olhando pra Bahia, olhando de longe. O primeiro bloco de reflexão que eu quero fazer com vocês é sobre a CIEA precisar se debruçar sobre três ordens de questões, uma ordem de questão ou de questões é do campo individual. Como é que a gente sensibiliza, envolve, compromete pessoas pra trabalhar com a educação ambiental de corpo e alma, por inteiro? Então os próprios representantes que estão dentro da CIEA, por que uns vêm todo mês pra reunião e por que muitos não vêm? Nem abonam, nem mandam a informação "olha, não deu pra ir". E eu não sei como que é especificamente na Bahia, eu acompanhei muito de perto a CIEA de Mato Grosso e na CIEA de Mato Grosso, eles tomaram uma decisão fantástica, eles iam pros 144 municípios de Mato Grosso revisar a lei da política estadual de educação ambiental, construir o programa estadual de educação ambiental e construir o sistema estadual de educação ambiental. Bárbaro. Decidiram fazer isso, decidiram que iriam pra cada município, imaginem vocês na Bahia indo pra 417 municípios. Era um trio que ia, uma pessoa era ligada à área de educação formal, outra pessoa ligada à área de meio ambiente e uma terceira pessoa ligada à sociedade civil. E um trio para cada conjunto de municípios, fazer esse debate, fazer esse diálogo e começar a construir uma rede de capilaridade que permitisse em todo o estado de Mato Grosso, ter política municipal de educação ambiental, ter programa municipal de educação ambiental, ter agente agitador socioambientalista em cada município fazendo educação ambiental. Então essa era a perspectiva, conseguiram? Não conseguiram, mas apontaram na direção correta, caminharam nessa direção, conseguiram avançar, chegaram num projeto de lei, numa revisão feita a partir de um debate na base que não chegou a ser nos 144 municípios, mas teve capilaridade em todo o estado em regionais no estado, mas o que acontecia? Com uma proposta tão mobilizadora como essa, os participantes da CIEA sempre eram minguados, tinha, sei lá, 30 e tantos, não lembro quantos representantes tinha na CIEA de Mato Grosso, mas em todas as reuniões que tive a oportunidade de participar, tinha 10, 12, 15, nunca chegava à totalidade e sempre a reclamação entre eles era "por que que as pessoas não vêm? Por que que as pessoas não participam? Como é que a gente faz pra trazer mais gente comprometida?", etc. Então o primeiro desafio,



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

no meu ponto de vista, dentro desse bloco, é como é que a gente ganha cada uma das pessoas. E essa reflexão que a gente pode e deve fazer pra dentro da CIEA, é a reflexão que a gente tem que fazer pra todo o estado, "como é que a gente ganha cada um dos milhões de habitantes desse estado?".

O segundo campo de reflexão é do da estrutura da CIEA e pelo relato da Lilite, pelo que a Tita falou aqui, vocês já pensaram muito na estrutura, avançaram, modificaram em termos de participação de representatividade. A CIEA de Minas Gerais e a CIEA do Pará, por exemplo, decidiram pela regionalização, em criar CIEAs mais próximas das pessoas, pra não ter que todo mundo vir pra capital. Então pensar na estrutura da CIEA é importante e me parece que nessa linha, é importante a gente pensar no sistema estadual de educação ambiental. Como é que a CIEA formula e implementa um sistema estadual de educação ambiental? Nesse mesmo bloco entra a questão do ser deliberativo ou não a CIEA, eu acredito, eu concordo com o Secretário Eugênio Spengler no que ele traz aqui, ela é deliberativa no seu próprio âmbito, ela decide sobre as questões de educação ambiental, mas, no meu ponto de vista, e isso a gente advogava e defendia pro sistema nacional de educação ambiental, as deliberações do nosso sistema são levadas pros demais sistemas, pro sistema nacional de recursos hídricos, pro sistema nacional de educação, de saúde, etc. Lá pode sair resolução, pode sair instrumentos normativos fortes, mas isso vai nos obrigar a, genuinamente, sermos transversais, nós vamos ter que deliberar coisas e nos municiar de argumentos, de estratégias pra convencer os diversos setores com os quais a educação ambiental tem que dialogar a deliberarem lá sobre, mas com o peso de uma decisão da CIEA. Com o peso da decisão de quem tem história e competência na área.

O terceiro ponto é o diálogo sobre a conjuntura, pra que a gente faça políticas públicas de educação ambiental estruturantes, nós precisamos entender de política em geral, de política local e política planetária. Não dá pra nós continuarmos naquilo que o Carlos Walter Porto Gonçalves chamava de estado de indigência intelectual no campo da educação ambiental. Indigência intelectual que o Carlos Walter chamava é nessa negação que nós fazemos muitas vezes de compreender o que que tem a ver a questão da Ucrânia com a educação ambiental que nós fazemos no cotidiano, o que que tem a ver a questão que vai da década da educação para o desenvolvimento sustentável que vai ser finalizada agora no final do



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

ano no Japão, vai ser feito o balanço e a projeção pra próxima década com a educação ambiental que nós fazemos aqui. Se nós não compreendermos que a educação ambiental latino-americana é absolutamente peculiar na sua apropriação, na sua proposição de construção de procedimentos democráticos, na sua aproximação à questão dos direitos humanos fundamentais, nós não conseguiremos ampliar a nossa incidência nas políticas públicas internacionais. Recentemente teve um congresso em Bertioga, veio um indiano das Nações Unidas representando o PNUMA e ele falava pra nós como se nós fôssemos um grupo de recém chegados no campo da educação ambiental - eu ia dizer um grupo de tupiniquim, mas os tupiniquins iriam se ofender com isso - um grupo de recém chegados na educação ambiental, dizendo que a gente tava equivocado em adotar o nome "educação ambiental para sociedades sustentáveis" ou algo do tipo, que o correto era "educação para o desenvolvimento sustentável" e nós precisamos dizer pra ele que não era por ignorância que nós não tínhamos adotado, em quase nenhum país da América Latina pegou o conceito de educação para o desenvolvimento sustentável, mas as Nações Unidas continuam a persistir em torno da cunhagem desse... Aliás, não continua a persistir porque a proposta que eles devem levar agora no final do ano pra Nagoia é de mudar pra "educação para as mudanças climáticas.

Então ao invés das Nações Unidas terem uma postura inclusiva e falar o nome que for, o que nós estamos buscando é essa transformação, eles adotam essa postura excludente, mas não é à toa, não é por burrice, é porque eles querem sequestrar todo esse movimento, essa mobilização que houve e há em torno do conceito da educação ambiental que considera essa educação comprometida com direitos humanos fundamentais, com liberdades democráticas, com tudo que a gente faz com a educação ambiental aqui, com participação. Então se nós não trouxermos pra nossa agenda de diálogo dentro da CIEA o debate, a conversa, o aprofundamento sobre conjuntura nacional, conjuntura internacional, como é que a gente caminha, nós podemos estar remando na direção contrária do que estamos desejando. Então o que que tem a ver voto distrital com educação ambiental? O quê que tem a ver revogabilidade de mandato com educação ambiental? O quê que tem a ver tomada de decisão em câmara de vereadores, assembleia legislativa, câmara de deputados e senado com outras formas de tomada de decisão? Vocês viram o barulho



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

que os deputados atuais fizeram quando foi aprovado esse decreto sobre participação social, reconhecendo apenas a existência dos conselhos, a importância desses mecanismos de conferência, etc., os deputados ficaram apavorados, dizendo que a gente tava querendo criar o comunismo no Brasil, que a Dilma queria criar o comunismo no Brasil. Olha que abstração. Ao aprovar um projeto, uma proposta, um decreto que dizia, que reconhecia a importância dos mecanismos de participação social, que estão longe dos mecanismos que os ambientalistas advogam desde os anos 60. Nós, no movimento ambientalista, queremos aquelas histórias que o Martin Buber falava dos Kibbutz, de Israel. Nós queremos aquelas histórias que os soviéticos falavam em todo o poder ao Soviets, o que na comuna de Paris se falava do poder à Comuna. Sendo comunista ou não sendo comunista, todo ambientalista compreende que é importante que as pessoas tenham o poder nas mãos para decidirem o que é melhor para as suas vidas, que elas possam olhar um no olho do outro e falar "como é que a gente vai fazer a gestão do bem comum aqui?". Então essa utopia, ela precisa e pode ser traduzida em pactos políticos novos. A Conferência Nacional de Meio Ambiente não é suficiente? Não é, reunir a cada dois, três anos e lá decidir um monte de coisa e deixar na mão do governo pra ele fazer, não resolve o que nós queremos. As CIEAs são suficientes? Não são suficientes, mas nós podemos e queremos avançar nos mecanismos de organização que aproximem o poder da base.

O segundo bloco é um pouco sobre os principais desafios hoje presentes, pra nós ampliarmos a qualidade das CIEAs. Primeiro ponto é o da auto formação, ter estratégias de auto formação na CIEA, buscarmos mecanismos pra que isso seja constante e continuado e abriremos um tempo pra ver o que que é auto formação, se são 34, 40, 50 participantes, vamos dialogar com eles, o que seria auto formativo aqui? Como é que a gente vê na CIEA uma oportunidade de aprendizado?

O segundo é nos colocarmos o diálogo sobre o SISEA - Sistema Estadual de Educação Ambiental, a questão de organicidade, nós não queremos uma CIEA que dialogue com os iniciados, que dialogue apenas dentro do gueto. Luís Ferraro Júnior teve há um mês atrás num simpósio que nós fizemos lá em Piracicaba e falou, de uma forma dura, sobre essa questão de nós sairmos do gueto, de não ficarmos só dialogando entre nós e aí a gente ficou ofendido, "como você vem falar esse tipo de coisa?", mas ele tem



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

razão, nesse sentido ele tem razão porque se nós queremos criar um sistema estadual de educação ambiental, nós queremos que ele impacte a totalidade do estado e, pra isso, ele precisa dialogar com todos os demais setores.

Terceiro ponto é intersetorialidade. Como é que a CIEA exerce, de fato, essa capacidade de impactar todos os setores, de impactar, de dialogar, de aprender com todos os setores da sociedade? E isso precisa ser dialogado na CIEA e definido estratégias.

O quarto ponto, que é essencial e a gente fala dele e nunca constrói mecanismos pra ele, é o de recursos, recursos financeiros e recursos humanos. Não dá pra gente continuar a ter o discurso de todas as autoridades, falando que é importante a educação ambiental, o discurso de todos os empresários falando que é importante a educação ambiental e a não destinação de nenhum recurso pra educação ambiental. Quando eu digo que o Mato Grosso do Sul avançou, eu acho que avançou, mas quando eu ouço a Áurea dizer que tem seis pessoas na equipe de educação ambiental, isso é uma vergonha. Não é possível que um estado tenha apenas seis pessoas pra gerenciar todo o campo da educação. E não é exceção, é a regra, o país inteiro, o Governo Federal, se você pegar o MEC, Ministério da Educação, que eu tive a oportunidade, sei lá, de ficar agora 14 meses trabalhando dentro do Ministério da Educação, não tem equipe de educação ambiental. Tinha, além de dois cargos de confiança, alguns consultores, mas não tinha servidor público fazendo educação ambiental. Então ou os governos traduzem a sua fala a favor do meio ambiente e da educação ambiental em número de gente e dinheiro, ou nós vamos ter que desmascarar esses governos, nós vamos ter é que dizer "é mentira que vocês apóiam a educação ambiental" porque isso não está traduzido em procedimentos concretos como recurso.

O quinto é a formação de formadores. Essa estratégia de capilaridade e nós queremos chegar em 417 municípios da Bahia. É uma vergonha que a gente não tenha, em cada unidade federativa, um mapa de todos os municípios. O Acre tem 22 municípios, se nós formos conversar com o governo do Acre, eles não sabem quem são os educadores ambientais que fazem voluntariamente a ação educadora ambientalista em cada um dos 22 municípios acreanos. Mâncio Lima, que é um município na fronteira, que vive problemas de droga, de juventude desesperançada porque não tem oportunidade, é onde tem o Parque Nacional da Serra do Divisor o



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

maior patrimônio genético da humanidade e não é possível que um Governo de Estado que é visível pro mundo inteiro em cima desse patrimônio genético, não consiga se comprometer com os jovens de Mâncio Lima pra que eles tenham alternativa de permanecer em Mâncio Lima com aprendizado, com amadurecimento como ser humano ali, alternativa de geração de trabalho e renda, alternativas de acesso à cultura. Então cineclubismo, tem uma série de alternativas que podem e precisam chegar a cada ponto. Uma forma de nós, na educação ambiental, contribuímos com isso, é encontrarmos esses agitadores socioambientalistas que estão em Mâncio Lima, em cada município desse estado da Bahia tem agitador socioambientalista, tem gente sintonizada, que ouviu o passarinho cantar e que quer fazer alguma coisa Se nós, enquanto CIEA, conseguimos fazer um mapa e hoje os sistemas informatizados são fantásticos, nós podemos ter um mapa dos 417 municípios, você clica no município, aparece meia dúzia de pessoas, aposentados, jovens, etc., que se interessam pela questão ambiental. E nós, enquanto estado, juntando todas as forças que estão dentro da CIEA, começamos a alimentar, conceitualmente, com entusiasmo, esses agitadores que estão em cada um dos 417 municípios. Então, pra isso, nós precisamos ter uma clara estratégia de formação de formadores, de formação de educadores ambientalistas populares lá na ponta e um esquema de educomunicação muito bem ajeitado. Quando eu tava no Ministério do Meio Ambiente, o Jornal A tarde, daqui da Bahia, nos procurou lá falando “nós queremos que o Jornal A tarde se comprometa com a política de educação ambiental do Governo Federal, nós queremos contribuir pra um mecanismo de um caderno em um encarte no jornal que chegue a toda a Bahia” e aí como a gente sempre quer ir mais adiante, nós dissemos “então vamos montar um mecanismo de a produção desse caderno ser feita pelos agitadores socioambientalistas em toda a Bahia”. Então a sucursal de vocês pra produção desse caderno são pessoas que estão vivendo os problemas socioambientais e começamos o diálogo e no fim morreu, a gente não teve fôlego pra continuar e saímos do governo e acabou não indo adiante, mas vocês estão aqui. Será que o dono da época é o mesmo dono de agora? Será que ele ainda é animado pelas mesmas empolgações que ele teve naquela ocasião? Talvez. Ou a rádio, ou a rádio estatal. Mas mecanismos de educomunicação onde a gente estimule a ponta a produzir a sua própria mensagem a ser veiculada por todo o estado. Esse é o sexto ponto.



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

O sétimo ponto foi falado aqui hoje de manhã, é o município por foco, me parece que o salto qualitativo que nós temos que dar na educação ambiental hoje não é produzir mais documento. Gente, chega. Tem muito documento, esses documentos tão bonitos, não... Todo congresso, todo encontro, agora vai ter o Fórum Brasileiro de Educação Ambiental no Pará, provavelmente vai fazer outro documento. Bacana, tira, as pessoas se encontram, conversam, é uma forma também de diálogo. Produzir um documento, mas documento não transforma mais essa realidade além do que já se conseguiu transformar. Precisa de lei, precisa de documentos, precisa de referência, precisa de livros? Precisa, mas nós merecemos hoje na educação ambiental no país, no acúmulo que nós temos, dar um salto qualitativo pra além dos documentos e pra dar esse salto qualitativo pra além dos documentos, o foco precisa estar no município, nós precisamos trazer gente nova, gente olhe pra questão socioambiental de outra maneira. Eu estou tendo uma experiência no Extremo Sul da Bahia com o Movimento de Trabalhadores Sem Terra, eu arrepio cada vez que eu falo deles porque é impressionante ver como nós somos preconceituosos, nós somos uma elite preconceituosa que a vida inteligente capaz de pensar em educação ambiental está só aqui entre nós, não está nos outros movimentos sociais, não está nas outras regiões, a hora que você começa a dialogar com analfabetos, 20% de analfabetismo no Extremo Sul da Bahia e nós propusemos um programa de alfabetização agroecológica e ambientalista e eles, na primeira hora, assumiram e definiram a bandeira de erradicar o analfabetismo dos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, os assentamentos do MST pelo menos. Eles começaram a construir essa proposta de alfabetização agroecológica ambientalista que eu venho procurando construir há mais de cinco anos na universidade e não consigo, não encontro interlocutores pra fazer junto. Eles, com uma provocação simples, com um pouquinho de recurso que a gente conseguiu, nós estamos construindo lá um processo de alfabetização agroecológica e ambientalista. Então se a gente consegue chegar a todas as faunas de humanos que têm nesse diversificado estado da Bahia, nós vamos colher muita sugestão, muita proposta inovadora em termos de romper esse estado da arte onde nós estamos quase imobilizados, a gente não consegue avançar mais do que já avançamos. Então nós precisamos trazer sangue novo, olhares novos, propostas novas e aí a CIEA precisa implementar mecanismos de inclusão dessa diversidade, de olhares. A última sugestão é articular com outras CIEAs, com o



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

órgão gestor da educação ambiental no país e com as articulações internacionais, nós não faremos educação ambiental no fundo do quintal apenas ou apenas no estado. Por fim, só chamar atenção pra dois pontos: a lógica do instituído-instituinte. Não dá pra gente querer institucionalizar a educação ambiental na CIEA, nas secretarias, etc. e nos distanciarmos das forças instituintes do campo da educação ambiental. Educação ambiental sempre foi rebelde, sempre foi marginal e é importante que continue sendo rebelde, que venha e coloque o dedo e fala "olha, eu fui reprimido, eu quero ter espaço, etc." porque esse é sangue da educação ambiental, isso é fundamental da educação ambiental e o Estado, a CIEA, o instituído precisa encontrar mecanismos pra absorver essa energia pra fazer com que essa energia nos potencialize pra dialogar dentro do instituído, junto aos nossos dirigentes, governadores, prefeitos, presidentes, etc., aos nossos chefes, é com o movimento social, é com as forças instituintes que nós ganharemos forças pra fazer educação ambiental.

E por fim, uma sugestão, que falta pra nós a velha estratégia dos movimentos sociais, dos sindicatos, é bandeira de luta. Nós precisamos adotar e eu acredito que a CIEA possa anualmente definir qual é a sua bandeira pra esse ano. A bandeira desse ano, a Bahia só perde de São Paulo num item, número de analfabetos, número absoluto, São Paulo é o estado que tem maior número de analfabetos no país e a Bahia é o segundo estado com o maior número de analfabetos do país. Um péssimo índice pra nós. Por que não assumir uma bandeira de enfrentar o analfabetismo? Só uma sugestão de bandeira, mas assumam uma bandeira por ano e concentrem a energia nessa bandeira. Como é que a gente traz todo esse acúmulo de Paulo Freire, de educomunicação pra uma bandeira que a gente eleja como bandeira unificadora da nossa luta e da nossa busca de identidade da educação ambiental baiana. Eu termino por aqui, agradeço a atenção de vocês e fico disponível pro debate.

Zanna Matos agradeceu Marcos Sorretino e Áurea Garcia pela participação, na oportunidade ela falou sobre o Mapeamento de Experiências Socioambientais do Estado da Bahia que está sendo feito junto com a Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS e a Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB. O Mapeamento já cobriu 20 (vinte) territórios dos 27 (vinte e sete) territórios do estado da Bahia, de que acordo com a fala de Marcos Sorretino essa iniciativa dará subsídios para conhecermos as



experiências de educação ambiental e socioambientais espalhas pelo estado. Logo após, Zanna abriu a roda para que o público pudesse se manifestar.

Fernanda Aguiar, Secretária de Meio Ambiente e Economia Solidária de Luís Eduardo Magalhães, fez a seguinte pergunta para Marcos Sorrentino: é possível casar sistema de informações ambientais com o sistema de educação ambiental ou a gente precisa criar um sistema pra cada e assim em diante?

Daniel Barreto, do Instituto Bioeste, membro da CIEA também pelo bioma Cerrado, e Ademir Fernandes ambos membros da CIEA questionaram a viabilização de recursos para a EA, principalmente para pequenas ONGs. Daniel Barreto, citou a possibilidade de criar editais para pessoa física.

João Tavares, DIREC 15, de Juazeiro, perguntou a Marcos Sorretino como é que as CIEAs podem trabalhar educação ambiental de forma holística, principalmente na educação formal e não-formal?

Isabelle Blegini, Rede Brasileira de Educação Ambiental - REABA, perguntou ao Professor Marcos, o que que ele entende por ser deliberativo em seu âmbito.

**Marcos Sorretino respondeu as perguntas:** questão do sistema, do sistema de informação e do sistema estadual de educação ambiental, me parece que tem que ser orgânica, não é ficar criando sistemas sobrepondo. E o sistema de informação é parte essencial de um sistema estadual de educação ambiental. Então o que compete a um sistema estadual de educação ambiental é ordenar o que já está em curso, o que está em processo, então já existem diversos processos sendo promovidos no campo da educação ambiental.

A política holística, não é uma questão de esoterismo, mas sim você buscar organicidade, você trabalhar em Juazeiro juntando, sabendo que não dá pra jogar nas costas da DIREC e dos professores na sala de aula toda a responsabilidade de fazer a educação ambiental no município, que é o que o senso comum acredita, o senso comum acha que educação ambiental é pra criança e criança quem educa é professor e quem educa professor e que deve fazer o professor funcionar direitinho pra educar ambientalmente é a diretoria de ensino, é a Secretaria Municipal de Educação.

Sobre a questão dos recursos. Como é que a gente tem recurso pra apoiar esses agitadores que estão na ponta? Esse é um dos grandes gargalos da educação ambiental. Desde 1999, quando foi aprovada a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental e foram vetados os itens que falam sobre financiamento da educação ambiental, nós estamos perseguindo fontes de recursos. Nós criamos há pouco tempo



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental, já vai pra quase dois, três anos, não sei, e ainda não temos condições objetivas de estar financiando lá na ponta, mas o objetivo do fundo é que ele seja um fundo público, não estatal porque a gente sabe a dificuldade que é o financiamento via governo, prestação de conta

Sobre deliberativo no seu âmbito, na interpretação do Professor Marcos Sorrentino, as deliberações da CIEA são de diversos tipos, se ela delibera algo relacionado ao regimento interno dela, é terminativo, se ela delibera algo relacionado à ação que a própria CIEA faz, os órgão que fazem parte dela, é a decisão da CIEA. Agora se ela delibera uma lei estadual de educação ambiental, ela tem levar pra Assembleia Legislativa, a CIEA não tem possibilidade de fazer lei. Nós queremos que a CIEA possa fazer resolução, como o CONAMA faz, resolução CIEA, pode ser, no meu ponto de vista, não, a CIEA não faz resolução. Resolução, se é relacionado à saúde, a CIEA resolve, decide e encaminha como deliberação da CIEA para o Conselho Estadual de Saúde ou pro Conselho Estadual de Recurso Hídricos ou para o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Não é porque ele acredita que a CIEA tenha menos valor, que a educação ambiental tenha menos valor do que os recursos hídricos, as florestas, etc., mas é que ela acho que é missão e é perfil da educação ambiental, transversalizar e se a gente se tornar terminativo na educação ambiental, nós não vamos transversalizar, e aí a gente tira normas que não vão ser obedecidas por ninguém, nós temos que inclusive fazer avaliação da fragilidade que é o nosso campo ainda.

Luiz Ferraro trouxe a preocupação em relação aos espaços participativos. Segundo ele, a diversidade e a divergência de projetos não tem lugar nesses espaços, o que enfraquece as práticas. O consenso muitas vezes não fertiliza práticas inovadoras e ousadas. Esses espaços não são contundentes, a gente não encontrou ainda o caminho pra lidar com a diversidade e ao mesmo tempo ser mais contundente, ser mais profundo. E tem aquela questão que a gente tem conversado há muito tempo, o lugar da produção de um projeto coletivo, os partidos têm tido muita dificuldade de ser um lugar de produção de projeto coletivo, o movimento ambientalista, ao meu ver, não é mais um lugar de produção de projeto coletivo. A universidade, numa insolvência que a gente também não consegue. As redes também, pela sua natureza, também não conseguem formular, então a formulação de projeto está, a gente parece que está numa carência tremenda de condições de produzir um projeto coletivo e vivê-lo com profundidade e radicalidade. Os espaços de participação, que são espaços que podem dar alguma vazão porque eles também não são, porque a divergência não tem lugar neles. Nesse sentido, ele perguntou para o Professor Marcos Sorretino, como é que ele tem pensado isso nos últimos tempos?



Marcos Sorrentino afirmou que essa questão é irrespondível, mas trouxe outras reflexões que contribuíram para o debate. Os dilemas da educação ambiental na América Latina, que foram mostrados nos congressos ibero-americanos e as articulações do Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental. E essa questão, que Luiz Ferraro levantou, segundo Sorretino está no campo de dilemas fundantes. Porque o que nós buscamos com a educação ambiental não é simplesmente ensinar as pessoas a jogarem o lixo no lugar certo ou a plantar árvore, nós temos um projeto de país, temos um projeto de ser humano, um projeto de futuro e isso precisa vir pra arena pública. Esse campo de questionamento, ele precisa ser trazido pro dia-a-dia da educação ambiental e no meu ponto de vista, quando eu comecei a minha fala aqui dizendo que a CIEA precisa se ver como um ponto de diálogo sobre essas coisas, é porque nós precisamos nos reanimar com essas ideias. Nós temos que exercitar a autogestão e auto-análise. Precisamos aprender a fazer processos auto-analíticos dentro das nossas instituições, no sentido de aprender a fazer autogestão. Pra fazer não é trivial, não é fácil fazer autogestão. Aprender a tomar decisão junto, a continuar a caminhar junto a despeito das divergências. E pra fazer isso, a gente precisa fazer auto-análise, pra gente aprender a ter divergência e não se tornar inimigo e fazer isso não é negando a importância desse diálogo, mas pelo contrário, é trazendo esse diálogo. Ele trás a sugestão de reaprender a fazer isso destinando em cada um dos nossos encontros, das nossas reuniões, meia hora, para fazer análise de conjuntura, fazer auto-análise, fazer avaliação, destinar um espaço ao final pra fazermos avaliação do como é que foi pra fazer, que que significou essa reunião hoje pra você, o que que teve de bom, o que teve de ruim e as pessoas comecem a se sentir a vontade e falar “não foi bom porque você me olhou atravessado”, “não foi bom porque você falou uma coisa que eu não acredito”. Então esse reaprendizado de análise de conjuntura e de avaliação pode nos ajudar a caminhar nessa direção, Luiz Ferraro colocou enquanto questionamento. Então como é que a gente re-exercita essa nossa capacidade de dialogar em profundidade sobre as coisas? Ele trouxe o exemplo que nos bares, têm o mesmo sucesso porque na mesa do bar a gente consegue se abrir, a gente consegue falar mais profundamente. Está indo lá e tomar uma e outra. Solta a língua e fala com profundidade, ali eu sou eu, eu falo de mim com profundidade. Será que nos espaços coletivos a gente não consegue fazer isso? Não sei, afirma Sorretino. Assim, Zanna Matos finalizou a roda de diálogos.

### **Roda de Diálogos III**

### **Os Colegiados e a EA: construindo inter-relações**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

O próximo momento se configurou com o diálogo sobre a construção das inter-relações entre os colegiados e a educação ambiental. Esta roda de diálogos, foi mediada pelo representante da CIEA Bahia, Idalécio dos Santos.

Idalécio dos Santos apresentou o tema e o objetivo desta roda de diálogos. Apresentou os participantes. Renato Cunho, representante do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, Fernanda Aguiar Presidente da Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA e Secretária Municipal de Meio Ambiente e Economia Solidária de Luís Eduardo Magalhães, o Professor Avelar Mutim, representante do Conselho Estadual de Educação - CEE.

Fernanda Aguiar apresenta a ANAMMA. Citou que esta associação participa do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, do Fundo Nacional de Meio Ambiente e da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável - CONACER, além de outros conselhos federais. No que tange à questão da educação ambiental, Fernanda Aguiar relatou as dificuldades de implementar processos de EA no âmbito municipal. Segundo ela, tudo depende de uma decisão política e cabe o gestor ser sensível ou não a temática. "[...] aquele gestor que entende a importância da temática vai abrir as portas para poder implementar a política ambiental, a política de educação ambiental. Se o gestor não tem perfil, não tem conversa, então a gente fica muito vulnerável." Afirmou Fernanda Aguiar. Retomou a questão de conjugar o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEIA com o Sistema Estadual de Educação Ambiental. "[...] já temos o GAC, muito focado na questão do licenciamento, podemos também abrir agora uma porta e focar dentro do GAC a educação ambiental? Podemos articular isso? Os municípios hoje, estão focados no licenciamento, exclusivamente no licenciamento. A gente tem que trazê-los pra responsabilidade da educação ambiental." Fernanda Aguiar finalizou sua fala citando a importância do Memorial do Meio Ambiente Professor Milton Santos, e da sua vontade de levar o Memorial para Luís Eduardo Magalhães.

Renato Cunha - Grupo Ambientalista da Bahia GAMBA, na ocasião representando o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM, falou da importância dos colegiados e da conquista da sociedade em fazer parte de formulações, acompanhamentos, monitoramentos e avaliações de políticas públicas, isso se resume na efetivação do controle social. Os conselhos, conferências, comitês de bacia, conselhos de unidade de conservação são peças desse sistema de participação. "[...] esses processos de cidadania são fundamentais e a gente participa, estamos na luta, têm que ser respeitados. O que a gente vê muito é desrespeito também às decisões que são estabelecidas por esses espaços de decisão, colegiado e isso acaba desanimando um pouco a participação. E a gente tem visto também essa falta sim de estímulo das



peças de vir participar." Citou Renato Cunha. Em 2010, houve um encontro de colegiados ambientais, foi o início do diálogo entre os colegiados. Foi construído um documento conjunto, que de acordo com Renato Cunha, precisa ser resgatado e atualizado, por conta da conjuntura e da dinâmica da sociedade. Propôs criar um grupo de trabalho para pensar nas diretrizes que foram criadas e construir estratégias para montar pautas conjuntas. A educação ambiental no licenciamento, segundo ele foi a única pauta mais concreta da integração entre a CIEA e o CEPRAM. Falou da importância das reuniões conjuntas. Da transversalidade da Educação Ambiental no outros conselhos. Propôs a construção de agendas coletivas. Formulação de políticas integradas. Trouxe um pouco da fala de Fernanda Aguiar sobre o quanto é desafiador trabalhar com a gestão municipal. Finaliza sua fala citando: "[...] por mais boa vontade que algumas pessoas possam ter, mas realmente é desafiador e a gente tem que estimular e aí tem que ter política pública até do estado pra esse fortalecimento que é importante pra estimular cada vez mais a melhoria da gestão local."

Idalécio dos Santos, agradeceu a fala de Renato Cunha, e passou a vez para o Professor Avelar Motim - na ocasião representando a Conselho Estadual de Educação - CEE.

**O Professor Avelar Motim é do** Conselho Consultivo do GAMBA; já esteve no grupo Garra, em Irecê; ajudou a criar algumas organizações não governamentais e hoje, profissionalmente, é pesquisador da UNEB, e membro do Conselho Estadual de Educação.

Iremos aqui falar da educação formal, mas antes disso eu queria cumprimentar os companheiros. Hoje foi um dia assim de muita emoção pra mim porque encontrei pessoas que já tinha muito tempo que a gente não encontrava. A professora Lígia, Juvenal Payayá, Teresa Batalha, várias outras pessoas, Lilith, quer dizer, a gente aprendeu lá no meio do mato que quando a gente quer que a fogueira levante, a gente junta os paus, à medida que a gente quer que o fogo apague, a gente puxa os paus, separa um do outro e aí ainda joga uma terrinha em cima, na cabeça do fogo, que apaga tudo.

A emoção que a gente tem é essa, de alegria, de encontro, mas assim, um pouco naquela história do mito de Sísifo, que tem que carregar a pedra, durante o dia colocar em cima da montanha, no outro dia a pedra está lá embaixo de novo, tem que pegar com a mesma satisfação. Aí como a gente já faz isso há muito tempo, eu já estou aprendendo, enquanto eu estou



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

carregando a pedrona pra cima, eu vou com a perna direita jogando umas pedrinhas aqui que é pra ver que quando ela cair, ela vai parar pelo menos no meio do caminho pra fazer um pouco a diferença. E a gente não ter que voltar de lá de baixo pra apanhar a pedra de novo. Mas assim, eu acho que a gente já está com essa pedra mais ou menos no meio do caminho, no meio do morro, não temos que apanhá-la lá de volta.

A pergunta assim, então 10 anos depois da CIEA, o que que nós temos que fazer? Acho que nós passamos 10 anos escrevendo no papel as coisas que a gente queria, agora a gente tem que praticar pelo menos 10 anos o que a gente colocou no papel. Então está tudo escritozinho lá, está tudo escrito, nós temos que fazer capacitação, nós temos que ter recursos para fazer as capacitações, para fazer o gerenciamento, para criar o sistema, para monitorar, está tudo colocado lá nos nossos planos, então não precisamos nos preocupar mais com isso.

Mas estou aqui também como soldado. Como soldado do Conselho Estadual da Educação, aí quero trazer o abraço da presidente, a minha ex-aluna, hoje presidente do Conselho Estadual da Educação, professora Ana Teixeira, que discutiu na sua dissertação de mestrado, a importância do regime de colaboração, que é o eixo referencial de todo o sistema nacional da educação, é o regime de colaboração entre os diferentes entes da união. Essa é uma coisa que já está falada, que já está estudada também há muito tempo, mas a gente precisa começar a colocar em prática, não só daqui de cima do CIEA, mas de lá da escola mesmo, a escola aprender a fazer o trabalho junto com o posto de saúde, junto com o CREA. Com o CRAS, com todos os sistemas que já estão montados, com a creche. Então normalmente isso não acontece, esse olhar intersetorial que tem que sair do papel, tem que sair dessa proposição teórica para uma prática, a gente aprender a fazer sempre com outras pessoas porque aí fortalece um pouco mais.

Falar um pouco do conselho, eu acho que quando tem a presença de um conselheiro do Conselho Estadual de Educação numa mesa, daqui, já representa também algum tipo de mudança porque eu fico na dúvida: será que essas coisas já



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

mudaram? Aquela dúvida atroz da filosofia antiga, da Pré-Socrática, se a coisa está em movimento ou se a coisa é parada, pra mim ainda é uma realidade, eu ainda penso nisso às vezes. Porque num olhar a coisa já avançou bastante, num outro olhar, elas parecem sempre muito iguais. Então na educação ambiental também é um pouco isso e eu acho que a gente tem trabalho com muita inocência, que é importante num determinado momento, mas num outro passo, a gente precisa amadurecer, criar um pouco mais de realidade. E aí a gente sabe que a lógica da nossa sociedade capitalista é a lógica do lucro, é a lógica da competição, a lógica de um derrubar o outro, de derrubar a mata, de derrubar as rochas pra retirar o minério. Isso é a lógica, isso está padronizado, então como é que nós vamos? Quais são os instrumentos de política que a gente precisa ter pra desarmar isso? Então eu acho que é uma coisa que não é muito simples da gente fazer, então quando eu olho e vejo que a gente quase não fez nada, é por conta também dessa raiz da estrutura e das contradições do lugar onde a gente vive. Nós estamos falando de uma... Viver em paz com a natureza, de uma vida sustentável, mas falamos praticamente pra nós mesmos. Agora, por outro lado, a gente vê que esse grupo tem sempre, cada vez mais aumentado. Essa realização desse evento hoje, com esse auditório cheio hoje de manhã e ainda com tanta gente aqui, e não são pessoas... Simplesmente pessoas físicas, são pessoas que representam instituições ou organismos não governamentais ou órgãos públicos mesmos.

Então o Conselho Estadual de Educação está nessa luta e eu sou uma das pessoas que é referência lá, mas não estou sozinho, tem algumas pessoas que apóiam também essa brincadeira lá dentro. Então a gente já começou colocando em prática determinadas atitudes que são necessárias no lugar onde a gente chega. Quando nós chegamos no Conselho, há 4 anos atrás, os processos que eram relatados no conselho pleno, às vezes tinham 35, 40 folhas e escrito tudo de um lado só, impresso tudo de um lado só, a gente rapidinho pra imprimir de um lado e de outro, isso já é uma prática, já mudou alguma coisa, a gente já economiza um pouco o papel, mas isso é um



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

muito pouco, isso é até ridículo a gente está falando aqui, mas numa instituição que tem 170 anos, aprender a fazer o novo é muito interessante. Então lá nós temos três câmaras além do pleno, da reunião plena, no plenário; nós temos três câmaras: a câmara de educação básica, a câmara da educação profissional e a câmara do ensino superior, da educação superior. E três comissões também: a comissão de avaliação, recebemos denúncias de mau funcionamento, de escolas que não têm a regulamentação pra emitir um diploma, algumas denúncias de uma maneira geral; a comissão de direito educacional, onde a gente regulariza a vida de alguns estudantes, que às vezes falta alguma nota, falta alguma coisa; e a comissão de educação de jovens adultos, que eu, nesse mandato, estou presidindo. E essa comissão de educação de jovens adultos, ela, hoje, é (palavra ininteligível) do MEC, ela abarca um pouco essa diversidade.

E aí nós fizemos uma programação para tratar das resoluções que a gente precisa fazer para regulamentar a inserção da educação ambiental no âmbito das escolas e estamos, nesse momento, trabalhando com a educação do campo, fazendo as leituras dos textos que têm a respeito disso e vamos avançar pra uma audiência pública com os interessados e logo depois, publicar. Logo em seguida, vem a de educação ambiental. Já estamos coletando material para fundamentação mais teórica, o projeto da resolução e essa da educação ambiental também está saindo. Tem da biblioteca, tem várias outras que nós estamos trabalhando lá.

Já estive em outros momentos aqui na CIEA e temos nos colocado sempre como interlocutores no conselho, nessa perspectiva de construir esse novo mundo que a gente acha que a educação ambiental é capaz, mas é bom que a gente continue acreditando nisso, mas é bom que a gente também tenha muita clareza dos nossos limites. Da necessidade da gente fazer as interlocuções, fazer os diálogos. Como a gente tem visto aqui. Então o que eu acho que é importante pra esse momento é cada um de nós ter uma consciência de que nós sabemos que nós não estamos sozinhos, quer dizer, somos



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

macaquinhos que já aprendemos a lavar o coquinho. Então precisamos avançar em termos da quebra desse coquinho e do plantio desse coquinho, e várias outras missões que estão reservadas pra gente.

Então, como soldado, eu venho aqui prestar conta e dizer que me coloco a disposição e que daremos conta, se Deus permitir, de colocar essa resolução em prática porque a situação hoje é a seguinte: a maior parte dos projetos que a gente pega das escolas, no projeto político-pedagógico tem escrito "a escola atende aos requisitos da lei 9795 de 1999" e aí morrei aí, não diz exatamente como é que está fazendo. Então precisamos fazer uma resolução pra indicar as leituras dos documentos que nós, na CIEA e em vários outros espaços, já estamos construindo nesse período todo e abrir a possibilidade também de ter que criar pra além desses documentos porque esses documentos são referências gerais que podem servir pra alguma coisa, mas na hora de colocar a coisa em prática, o ponto está sempre muito móvel, você não consegue espetar o alfinete nele porque ele está sempre correndo de um lugar pro outro e isso tem a ver com aquela lógica que nós achamos que a lógica da educação ambiental é a da sustentabilidade, mas nós lutamos contra uma lógica que está implementada dentro da nossa sociedade, dentro dos vários organismos, que é a lógica do lucro. Então nada melhor do que, nesses 10 anos, ter coragem para arregaçar a manga novamente, das nossas camisas, e nos colocar, eu não gosto da palavra "luta" na educação ambiental. Mas colocar nesse embate, nessa disputa porque também dizer que não há o lugar da política é também muita inocência, então nós precisamos assumir esse lugar e colocar, fazer o possível pra colocar em prática. A CIEA e cada dos que fazem a CIEA, estão de parabéns porque é partir dela que nós temos a possibilidade de ter um coletivo, então a fogueira nossa dos vários toquinhos de pau. Estão juntas através da CIEA e esse é o grande ganho, a labareda que emana daqui, faz clarear o nosso estado da Bahia inteiro. Então se a gente continuar junto, a gente tem condições realmente de fazer, colocar luzes. Clarear muitas das situações que nós estamos colocando por aí.



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

Então já temos a lei, temos um plano, precisamos dos recursos pra colocar isso tudo em prática, do que a gente já veio construindo nesse período inteiro. Dizer que é uma grande satisfação está aqui com vocês e se ainda houver debate, terei imensa satisfação para debater e dialogar com vocês. Obrigado!

Idalécio dos Santos fechou a roda de diálogo resumindo os comentários que vieram da plenária. Falou-se sobre a educação ambiental que está acontecendo na prática e inclusive chegando na base, com as construções dos planos de bacias hidrográficas, do ZEE e mais especificamente do Plano Municipal de Saneamento, da agroecologia, dos povos indígenas. O fortalecimento dos colegiados se dará por meio da articulação entre as DIRECs, Salas Verdes, Comitês de Bacias, formações de membros e conselheiros, conselhos municipais, secretarias, colegiados territoriais. Zanna Matos, agradeceu a participação de todos e todas e parabenizou a comissão organizadora pelo evento.

## **ANEXO I**

### **Carta aberta - 10 anos CIEA-BA**

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia

Salvador, 05 de agosto de 2014

---

A **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia – CIEA-BA** foi criada como um espaço público colegiado, legalmente instituída através do Decreto Estadual nº 9.083 de 28 de abril de 2004<sup>1</sup>, e reafirmado na Lei da Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, nº 10.431/2006, com o objetivo maior de propor Política e Programa Estaduais de Educação Ambiental para o Estado<sup>2</sup>.

Há 10 anos, a CIEABA busca cumprir o seu papel de promover a Educação Ambiental (EA), alinhada com a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental

---

<sup>1</sup> Decreto nº 9.083 de 28 de abril de 2004, revogado pelo Decreto nº 11.235 de 10 de outubro de 2008, que regulamenta a Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e reafirma novamente a criação da CIEA-BA.

<sup>2</sup> Art. 16 da Lei nº 10.431/06: "*Fica instituída a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, tendo como missão propor as diretrizes da Política e do Plano Estadual de Educação Ambiental, coordenando e interligando as atividades relacionadas a essa temática*". Considere-se aqui que o "Plano", ao qual se refere este Art. 16 é o Programa Estadual de Educação Ambiental da Bahia – PEA-BA, já lançado em 2013.



(PNEA). Fundamenta-se nas orientações do Órgão Gestor (OG) da PNEA, Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, onde destacamos, dentre outras, as seguintes ações básicas que são atribuídas a todas as CIEAs:

*"[...]mapear a situação da educação ambiental[...]  
[...]aproximar a diversidade dos atores sociais do campo da educação ambiental, estimulando e apoiando a participação, o controle social [...]  
[...]trabalhar incentivando a criação de espaços públicos colegiados[...]que sejam democráticos e representativos[...]  
[...]ser protagonistas na elaboração e implementação, em seus respectivos estados, da Política e do Programa Estaduais de Educação Ambiental, de forma descentralizada, democrática e participativa.  
[...]planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e articular a execução das ações de educação ambiental nos estados,[...]colaborando com a tarefa de transversalizar a temática ambiental nos governos e na sociedade."*<sup>3</sup>

Nesses 10 anos, a atuação da CIEA-BA obteve avanços com a disseminação da EA, pois ampliou a discussão da temática e a compreensão de que EA pode ser inserida em todas as instâncias, no intuito de proporcionar a integração de informações, de saberes e de decisões. Dessa forma, contribuiu para ampliar a discussão da institucionalização e a transversalização da EA, em especial, na estrutura governamental.

À Educação Ambiental, tem-se atribuído um peso e uma responsabilidade crescentes como fator indispensável para atingirmos as mudanças necessárias nas interrelações que busquem a sustentabilidade e a qualidade de vida de todos os seres. Atribuições expressas via documentos e pareceres oficiais, mas, sobretudo, via pronunciamentos também oficiais: de gestores a técnicos; de deputados a vereadores; de empresas a movimentos socioambientais; de dirigentes e professores a estudantes dos sistemas de ensino público e particular.

Nessa trajetória, a CIEA BA elaborou marcos legais e participou ativamente de várias ações para assegurar o enraizamento da EA no Estado, com destaque para: (a) a Lei Estadual de EA nº 12.056/11, já sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de janeiro de 2011, (b) o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia – PEA-BA, lançado em 12 de setembro de 2013;(c) a minuta do decreto de regulamentação dessa Lei; d) a elaboração do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional – ProEASE; e) participação nas comissões organizadoras das Conferências pelo Meio Ambiente – versões adulta e infantojuvenis.

A CIEA-BA está na fase de acompanhar a execução dessa política pública, que vem sendo desenhada com o esforço somado de tantos cidadãos e cidadãs, de gestores(as),

---

<sup>3</sup>Série Documentos Técnicos, nº 7, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, Brasília, 2006



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

representantes e colaboradores(as) de diversos segmentos, que compõem e que já passaram por este colegiado.

Lembrando que a criação de colegiados está prevista na Constituição de 1988 e que “controle social”, de acordo com a Controladoria Geral da União – CGU<sup>4</sup>, é reconhecido como necessário para a democratização da gestão pública, favorecendo a participação popular nas decisões que são tomadas, aproximando-as ao cotidiano dos cidadãos e das cidadãs.

Dez anos de caminhada, mas ainda há muito o que caminhar! Aproveitamos então, este momento de reflexão sobre o caminho já traçado, para expressar anseios que podem trazer impactos significativos na continuidade da missão de enraizamento da EA em cada canto deste Estado.

Nós integrantes, titulares, suplentes, convidados(as) colaboradores(as) da CIEA-BA e representantes institucionais de diversos segmentos aqui reunidos, comprometemo-nos em avaliar e aprimorar constantemente seu funcionamento, na perspectiva de transformar esta comissão como espaço colegiado, que acolhe a diversidade, um espaço educador, de controle social efetivo, que seja cada vez mais empoderado e apropriado da sua atribuição para a gestão da educação ambiental da Bahia.

Para seguir nesta caminhada, solicitamos:

- 1) ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepram, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh, ao Conselho Estadual de Educação – CEE, ao Conselho Estadual de Saúde (CES) e aos demais colegiados, que incorporem os documentos orientadores e as resoluções da CIEA-BA como instrumentos balizadores das atividades no âmbito da EA, especialmente o que trata da EA no licenciamento ambiental;
- 2) ao Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental (Secretarias do Meio Ambiente e de Educação do Estado da Bahia – SEMA e SEC), que ajustem seus bancos de dados relacionados com as experiências socioambientais educadoras, para que seja possível à integração de informações, que servirão de base para o diagnóstico da EA no Estado;
- 3) à Câmara de Deputados a aprovação do Projeto de Lei nº 4361/2012 (que propõe a alteração da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para direcionar parte dos recursos obtidos pela aplicação das multas ambientais, à implementação das políticas públicas e ações em Educação Ambiental) e do Projeto de Lei nº 3215/2012 (que propõe a instituição do Fundo Nacional de Educação Ambiental). Estes projetos de lei, ambos aguardando pareceres na Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, são fundamentais para ampliar a efetivação da Política Nacional de Educação Ambiental;

---

<sup>4</sup>Relatório Crítico do I Seminário Nacional de Controle Social – a sociedade no acompanhamento da gestão pública, promovido pela Controladoria Geral da União – CGU, em setembro de 2009, Brasília/DF.



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

- 4) às Universidades que estimulem e promovam novas reflexões, eventos e pesquisas sobre as metodologias e os processos participativos e seus efeitos multiplicadores, visando ampliar o potencial educador das atividades de planejamento, de gestão e de produção e a compreensão do significado da representação;
- 5) aos Secretários de Meio Ambiente e Educação do Estado da Bahia, que a CIEA volte a ter caráter deliberativo, como foi estabelecida no seu Decreto de criação nº 9083 de 28 de abril de 2004, e passe a integrar a estrutura das duas secretarias;
- 6) ao Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, que cada vez mais sejam promovidas reuniões com todos os colegiados ambientais do Estado e que seja estimulada a criação da rede dos colegiados, para fortalecer a interligação dos colegiados ambientais<sup>5</sup>;
- 7) acesso ao conteúdo ambiental que possui na Biblioteca de Meio Ambiente e no Memorial Milton Santos;
- 8) que a Educação Ambiental seja trabalhada efetivamente na gestão municipal através do Programa Estadual de Gestão Ambiental- GAC, de acordo com Resolução Cepram nº 4.327/13;
- 9) fortalecimento institucional dos colegiados ambientais;
- 10) a integração da EA nos diversos instrumentos da política de meio ambiente, recursos hídricos (Plano Estadual do Meio Ambiente, Planos de Bacias Hidrográficas, Mapeamento da Cobertura Vegetal, Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE) e educação.

E por fim, reafirmamos:

- 1) a importância de seguir as “Diretrizes Priorizadas no I Encontro de Colegiados Ambientais”<sup>6</sup> para imprimir um cunho cada vez mais participativo na gestão pública;
- 2) os princípios e as diretrizes apresentadas na Lei de EA nº 12.056/11 e também as áreas temáticas e estratégias do PEA-BA, bem como seus eixos estruturantes, transversalização, comunicação e avaliação, para orientar as ações de EA.

**Salvador, 05 de agosto de 2014**

**CIEA BA**

---

<sup>5</sup>conforme abordado no I Encontro de Colegiados Ambientais da Bahia (Salvador, setembro/2010) pelo representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA, Diretor de Educação Ambiental.

<sup>6</sup>diretrizes extraídas durante o I Encontro de Colegiados Ambientais, realizado pela Secretaria do Meio Ambiente da Bahia – SEMA, em setembro de 2010, em Salvador, com a presença de representantes de conselhos, comissões comitês e fórum estaduais, territoriais, de bacias hidrográficas, de Unidades de Conservação, de Reservas da Biosfera, de mudanças climáticas. (site da SEMA [www.meioambiente.ba.gov.br](http://www.meioambiente.ba.gov.br))



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

**COLABORADORES/PARTICIPANTES**

Eugênio Spengler - Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia

Luiz Antônio Ferraro Júnior - Superintendente de Estudos e Pesquisas da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA

Paulo Pontes - Chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Educação

Amélia Maroux - Secretaria de Educação - SEC

Maria Cristina Vieira "Tita" - Instituto do Meio Ambiente - INEMA

Mariana Stefanelli Mascarenhas - Coordenadora da Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX/SEMA

Iala Serra Queiroz - Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX/SEMA

Fabio Barbosa - Representante da Secretaria de Educação - SEC na Coordenação Geral da CIEA

Zanna Matos - Representante da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA na Coordenação Geral da CIEA

Lucimeire de Jesus Passos - Representante da sociedade civil na Coordenação Geral CIEA - Instituto Mata de Cipó

Silvana Neuza Pereira Canário - Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

Kitty Tavares - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA

Soraia Midlej - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA/CIEA

Ana Maria Teresa Batalha - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA/CIEA

Jamile Souza Ribeiro - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB/CIEA

Fernanda de Cássia Aguiar - Prefeitura Municipal de Luiz Eduardo Magalhães - CIEA

Ademir Fernandes Silva - Prefeitura Municipal de Juazeiro - CIEA

Sônia Andrade - Prefeitura Municipal de Salvador - CIEA

Jorge Luis Farias Silva – ABENFAC - Região da Chapada Diamantina - CIEA



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX

---

Daniel Melo Barreto – BIOESTE - Bioma Cerrado - CIEA

Idalécio dos Santos - Coordenação Estadual de Territórios - Bioma Mata Atlântica - CIEA

Isabelle Blengini – Rede de Educação Ambiental da Bahia - REABA/CIEA

Almir Requião – Rede de Educação Ambiental da Bahia - REABA/CIEA

Sara Maria Guimarães Reis - Rede Brasileira de Agenda 21 Local - REBAL/CIEA

Marina Sacchi - Rede de Juventude e Meio Ambiente - REJUMA - CIEA

Cleide Mercia – Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS /CIEA

Cláudia Coelho Santos - Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB/CIEA

Maria do Rosário Mascarenhas de Almeida – Colégio Estadual João Campos, Cláudia Coelho - UESB - CIEA

Lygia Paraguassú Baptista - Universidade Católica do Salvador - UCSAL/CIEA

Jaqueline Errico – FAEB/CIEA

Edilene Santos Carvalho – Povos e Comunidades Tradicionais - Indígena - Etnia Payayá - CIEA

Lilite Cintra - Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ

Marcos Sorrentino - Universidade de São Paulo - USP

Avelar Luiz Bastos Mutim - Conselho Estadual de Educação - CEE

Juvenal Payayá